



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

182

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 324532-5

COMARCA: Recife - 5ª Vara Cível

AGRAVANTE: Jaime Ferraz da Mota

AGRAVADO: Paulo de Souza Oliveira

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO. QUERELA NULITATIS EM APENSO. APELAÇÃO DA QUERELA NULITATIS RECEBIDA EM DUPLO EFEITO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA SUSPENSO ATÉ TRÂNSITO EM JULGADO DO PROCESSO EM APENSO. REFORMA DA DECISÃO DE RECEBIMENTO DA APELAÇÃO. PERDA DO OBJETO DO PRESENTE RECURSO.

ACÓRDÃO:

Vistos, discutidos e votados estes autos do Agravo de Instrumento, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do TJPE, à unanimidade, em negar seguimento ao recurso, tudo conforme teor do voto do Relator e notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante deste aresto.

Recife, 28 de

de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 324532-5

COMARCA: Recife - 5ª Vara Cível

AGRAVANTE: Jaime Ferraz da Mota

AGRAVADO: Paulo de Souza Oliveira

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RECURSO:

- Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Jaime Ferraz da Mota contra decisão interlocutória proferida nos autos da Ação de Despejo por falta de pagamento nº 0049783-27.2011.8.17.0001 tendo como Réu Paulo de Souza Oliveira, em que o MM juiz suspendeu o cumprimento da sentença, reconhecendo como impossibilitada a nova expedição de mandado de despejo até o trânsito em julgado da Querela Nullitatis em apenso, já que a Apelação fora recebida em seu duplo efeito.

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

- Em seus fundamentos, a parte Agravante defende que não pode ser revogada a decisão e pugna para que seja expedido o mandado de despejo de imediato.
- Afirma não poder ser a Apelação recebida no efeito devolutivo, já que tem relação com a ação de despejo.
- Assim, pugna liminarmente pelo efeito suspensivo ativo no sentido de suspender a decisão que revogou o cumprimento da sentença e expedir um novo mandado de despejo.

mc

1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

DECISÃO AGRAVADA:

"Desta feita, para evitar situações conflitantes, resta impossibilitada a nova expedição de mandado de despejo até o trânsito em julgado da querela nullitatis, bem como dos mencionados agravos.

Em consequência de todo o acima exposto, chamo o feito à ordem para revogar o despacho de fl. 124.

Por fim, determino que sejam ambos os autos remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça para julgamento do recurso de apelação. "

É o Relatório. Peço Pauta.

Recife, 16 de

de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

183

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 324532-5

COMARCA: Recife - 5ª Vara Cível

AGRAVANTE: Jaime Ferraz da Mota

AGRAVADO: Paulo de Souza Oliveira

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO

Trata-se de Agravo de Instrumento interposto por Jaime Ferraz da Mota contra decisão interlocutória proferida nos autos da Ação de Despejo por falta de pagamento nº 0049783-27.2011.8.17.0001 tendo como Réu Paulo de Souza Oliveira, em que o MM juiz suspendeu o cumprimento da sentença, reconhecendo como impossibilitada a nova expedição de mandado de despejo até o trânsito em julgado da Querela Nullitatis em apenso, já que a Apelação fora recebida em seu duplo efeito.

Pois bem! Dessa decisão mencionada, que recebeu a Apelação em seu duplo efeito, a parte interpôs o Agravo de Instrumento em apenso e que fora julgado no sentido de dar provimento e reformar a decisão, limitando o recebimento da Apelação ao efeito devolutivo.

É o relatório. DECIDO.

Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos necessários a sua admissibilidade.

Como explicado acima, o Agravo de Instrumento nº 318281-6 fora provido determinando que a Apelação da Querela Nullitatis fosse recebida apenas no efeito devolutivo, razão pela qual a decisão objeto desse recurso

mc



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

184

perdeu seu objeto, já que autoriza o regular prosseguimento da Ação de Despejo.

Assim, restando esvaziada a pretensão recursal, em face da modificação da decisão no processo de origem, ocorre a perda do objeto do presente recurso.

Face ao exposto, nego seguimento ao presente Agravo de Instrumento.

É Como voto.

Recife, 28 de

de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator